

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003769-62.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **JEFERSON TOSETTI e outro**
 Requerido: **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DOS SEGUROS DPVAT S/A**

JEFERSON TOSETTI e LUCAS TOSETTI pediram a condenação da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DOS SEGUROS DPVAT S/A** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 28 de novembro de 2013.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a ausência de documentos essenciais, a carência da ação e a impossibilidade de ser condenada ao pagamento parcial da indenização securitária.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

A perícia não pode ser realizada perante o IMESC, haja vista que os autores estavam impossibilitados de realizar o exame físico. Por conta disso, foi deferido o sobrestamento do feito.

A seguir, realizou-se a perícia médica no mutirão de conciliação do seguro DPVAT. A tentativa conciliatória, entretanto, restou infrutífera.

As partes se manifestaram sobre o laudo pericial.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustentam os autores padecerem de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

A incapacidade dos autores ficou comprovada através de exame médico pericial:

a) Em relação à Jeferson Tosetti (fls. 185/186), foi constatada uma incapacidade **parcial** incompleta no membro inferior esquerdo e superior esquerdo, no percentual de 75% e 10%, respectivamente. Utilizando a tabela da SUSEP (percentual de perda de 70%), a incapacidade verificada produz uma indenização de R\$ 7.087,50 + 945 = R\$ 8.032,50.

b) Quanto à Lucas Tosetti (fls. 187/188), verificou-se uma incapacidade **parcial** incompleta no membro superior e inferior esquerdo, ambas no percentual de 75%. Considerando o percentual de perda de 100%, a indenização será R\$ 10.125,00.

Os autores refutaram a conclusão pericial, amparando-se em avaliação anterior, esquecendo que a avaliação de incapacidade de 90% do membro não foi formulada por perito judicial, mas por outrem (fls. 102). Ademais, era antiga, ainda antes de consolidação da lesão. Note-se que perante o IMESC, onde ambos os autores se apresentaram inicialmente, não houve estabelecimento de conclusão afirmativa, haja vista a necessidade de realização de exames complementares em certo prazo (fls. 99/102), ou seja, não havia ainda consolidação das lesões.

Não se justifica a indenização pelo valor máximo, inexistente a incapacidade total alegada, absolutamente incompatível com o laudo pericial. Aliás, o E. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sumulado de que "*a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*" (súmula 474).

Aliás, exatamente em razão da indenização ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez constatado na perícia médica, é possível a condenação da ré ao pagamento de indenização parcial ainda que não haja pedido expresso formulado pelos autores.

Incide correção monetária desde a data do fato danoso, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1483620/SC, processado na sistemática dos recursos repetitivos: "*A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso*".

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** e condeno a ré a pagar para os autores Jeferson Tosetti e Lucas Tosetti as importâncias de R\$ 8.032,50 e R\$ 10,125,00, respectivamente, com correção monetária desde a data do evento danoso e juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Os autores pediram indenização pelo valor total e obtiveram êxito em parte; sequer ressaltaram a hipótese de fixação de quantia inferior, consoante a conclusão pericial. Decaíram em parte do pedido, tanto qualitativa quanto quantitativamente, razão pela qual responderão as partes pelas custas e despesas processuais em igualdade.

Condeno a ré ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono dos autores fixados em 15% do valor da condenação.

Condeno os autores ao pagamento dos honorários advocatícios dos patronos da ré fixados por equidade em R\$ 500,00. A execução destas verbas, porém, **fica suspensa** em relação aos beneficiários da justiça gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 20 de julho de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA